SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL

A ANÁLISE DO LIVRO I D'*O CAPITAL* COMO PONTO DE PARTIDA PARA ANÁLISE DO CAPITALISMO

Os fundamentos sócio-históricos do capitalismo: uma análise do livro I d'*O Capital* de Karl Marx

Área de conhecimento: Fundamentos do Serviço Social
Subárea de conhecimento: "Ética, Política e Marxismo"; "Questão Ambiental e Marxismo"; e "Serviço Social e Marxismo"

Relatório Final
Período da bolsa: agosto de 2019 a julho de 2020

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PICVOL

Orientador: Paulo Roberto Félix dos Santos
Autora: Maxsuelly Santos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO..... 03
2.OBJETIVOS..... 05
2.1.Geral..... **05**
2.2.Específicos..... **06**
3.METODOLOGIA..... 06
3.1.Tipo de pesquisa e princípios gerais..... **07**
3.2.Definição do universo..... **07**
3.3.Análise de dados..... **08**
4.RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 08
5.CONCLUSÕES..... 12
6.PERSPECTIVAS..... 13
7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 13
8.OUTRAS ATIVIDADES..... 15
9.APÊNDICES..... 16
Apêndice I – Eixo de sistematização I: O método de Marx..... **17**
Apêndice II – Eixo de sistematização II: A análise da mercadoria no livro I d'*O Capital*..... **23**
Apêndice III – A análise do fetiche da mercadoria no livro I d'*O Capital*..... **30**
Apêndice IV – A assim chamada acumulação primitiva..... **37**

1. INTRODUÇÃO

Passados mais de 130 anos da morte do pensador alemão Karl Marx (1818 – 1883), nos parece inconteste o caráter incontornável da sua obra. Isso porque, além de instaurar uma nova chave analítica de investigação da realidade social, legou-nos uma riqueza categorial sem a qual torna-se, a nosso juízo, difícil apreender um conjunto de "problemas" contemporâneos que reafirmam os dilemas da sociabilidade regida pela lógica incessante de "valorização do valor" (MARX, 2013): o capitalismo. Desse modo, por motivos que salientaremos, para os(as) subscritores(as) ou para seus críticos, a leitura de Marx é imprescindível por sua "significância teórica" e por seu "impacto sócio-histórico" (NETTO, 2012), se é uma apreensão dessa forma social mercantil-capitalista que nos interessa. Do conjunto do seu espólio bibliográfico, indubitavelmente, destaca-se o que poderíamos considerar como o seu *opus magnum*, o livro O Capital, uma contribuição de significância universal. Recentemente, em 2017, a obra completou 150 anos, sendo, ainda, uma profícua fonte de investigação para pesquisadores(as) marxistas e não-marxistas.

Sem rejeitar seus outros textos, ou mesmo operar uma cisão entre o *"jovem"* e o *"velho"* Marx, nos parece que a riqueza categorial a qual podemos acessar por meio desse livro está na *importância da crítica da economia política* nele contida e que nos fornece um aporte heurístico fundamental de questões candentes esgarçadas nessa quadra histórica em que se efervescem as consequências de mais uma crise capitalista, como a que assistimos em 2008. Mais que uma aparição episódica, temos convivido, de modo cada vez mais frequente, com processos que nos parecem demandar mais que uma resposta simples, exigindo-nos, portanto, o empreendimento teórico-metodológico de apreensão rigorosa desses fenômenos. Referimo-nos, por exemplo, a partir de uma breve mirada na particularidade brasileira, ao aumento da pobreza extrema, conforme se registrou em 2018, com destaque para as regiões Nordeste e Norte do país (G1 NOTÍCIAS, 2019).

Aliado aos fatores mencionados, convivemos com a marca de uma brutal desigualdade social, acumulando altas taxas de concentração de renda em ínfimas parcelas da população em detrimento da maior parte da sociedade brasileira, conforme demonstrou o recente Relatório da OXFAM (2018). Ademais, destacamos que, a despeito do desenvolvimento cada vez mais crescente das forças produtivas, vendo-se refletidas em um avanço considerável da tecnologia, não são episódicas as informações acerca do

crescente aumento do desemprego, apresentando taxas elevadas em todo o país, e com particular incidência em Sergipe, registrando a cifra de 16,7%, segundo informações do IBGE. Destarte, da necessária apreensão radical desses fenômenos (MARX, 2010), a investigação qualificada d'*O Capital* nos parece fundamental de modo a apreendermos, no conjunto das formulações marxianas, todo o complexo categorial que nos permite problematizar as particularidades da "questão social", no âmbito da chamada "lei geral de acumulação capitalista" (MARX, 2013), o próprio movimento do capital, uma "potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo (MARX, 2008, p.267), a barbarização da vida social, a degradação progressiva da natureza, reatualização de processos de espoliação, expropriação e exploração, além das lutas de classes que permeiam os desdobramentos sócio-políticos, como dimensões imanentes à essa lógica reprodução. Isso porque pressupomos a realidade a partir de uma perspectiva de totalidade social, de onde nos parece importante destacar a unidade entre as formas desenvolvimento econômico de uma dada sociabilidade em unidade as suas correlatas formas de organização política.

Para a pesquisa em tela, centramos nossos esforços[1] na análise do Livro I. Tal escolha se dá pela própria necessidade de uma aproximação sucessiva aos fundamentos da sociabilidade capitalista, sua "anatomia" (MARX, 2008). Entendemos que é na elaboração do Livro I, "um todo em si mesmo", como lembrou Engels (2013, p. 106), que se encontram as primeiras formulações amadurecidas acerca da gênese, desenvolvimento e particularidades do capitalismo. Destacamos, pois, que tal obra não figura como um material exclusivo, mas é, diríamos, um ponto de partida daquelas contribuições que, a nosso juízo, se desdobram nos Livros II e III, como continuidades daquele empreendimento teórico, além das chamadas *Teorias da Mais-Valia*. Ao demarcarmos o primeiro desse conjunto de obras, além de atender aos limites temporais da presente pesquisa, cremos nos permitir uma fidelidade ao "método" marxiano, perscrutando os problemas categorias iniciais postos pelo próprio Marx.

Convém salientarmos que, para além das contribuições mais gerais que o estudo pode permitir, estabelecendo um rico diálogo com o conjunto das ciências humano-

[1] É imperioso destacar que essa pesquisa contou com uma equipe de colaboradores(as) com os(as) quais nos foi possível estabelecer uma fecunda interlocução quanto ao objeto em questão. Nesse sentido, destacamos as valiosas contribuições das Profas Dras. Carla Alessandra da Silva Nunes e Yanne Angelim Dias, bem como das(os) discentes Caio Graco, Danielle Santana, Karolina Christian, Marcelo Antônio Guimarães, Maria Tailaine dos Santos e Milena de Farias, todos(as) vinculados(as) ao Departamento de Serviço Social da UFS (DSS/UFS). Tratou-se, portanto, de um esforço coletivo, ainda que seja de nossa inteira responsabilidade o trabalho de curadoria dos resultados ora apresentados.

sociais, a proposta, que ora submetemos, assume relevância para a área de Serviço Social, vez que, a partir dos anos de 1980, passou a ter nas formulações marxianas importantes aportes teórico-metodológicos de análise/intervenção na realidade social, desdobrando-se, a posteriori, nas indicações presentes em suas Diretrizes Curriculares de 1996, seja pela necessidade do "rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social", seja pela "adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social" (ABEPSS, 1996, p.61). Nessa direção, também se constituiu como parte do adensamento dos estudos e reflexões do pensamento marxiano que vem sendo desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Marxistas/UFS (GEPEM/UFS), através de suas linhas de pesquisa, quais sejam, "Questão Ambiental e Marxismo" "Ética, Política e Marxismo", e "Serviço Social e Marxismo". Desse acúmulo estabelecido, além de atividades nos níveis da pesquisa, ensino e extensão, destacamos outras investigações já desenvolvidas envolvendo estudos correlatos ao tema como: "As categorias emancipação política e emancipação humana no Serviço Social brasileiro" (2016-2017); "Caracterização do quadro atual de conflitos socioambientais na região nordeste do Brasil" (2017-2018); "A constituição dos sujeitos políticos representantes do capital que são deflagradores de conflitos socioambientais no nordeste do Brasil" (2018-2019).

Como podemos perceber, o quadro atual acumulado no âmbito do grupo, bem como a expertise dos(as) pesquisadores(as) quanto ao tema, têm nos permitido elaborar um salto de qualidade de modo a aprimorarmos o estoque categorial do qual podemos nos valer para essas análises, bem como para a abertura de possibilidades de fomento da dimensão investigativa como competência profissional, estimulando e fortalecendo os processos de metodologia da pesquisa e o seu significado frente à necessidade de intervenção nos diversos processos da realidade social, e contribuir no processo de desvelamento dos mecanismos pelos quais se gesta, desenvolve e se reproduz o modo de produção capitalista.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

- Apreender os fundamentos que articulam os nexos causais da sociabilidade capitalista, com ênfase na íntima relação entre economia e política a partir das contribuições marxianas formuladas na obra *O Capital*, Livro I.

2.2 Específicos

- Examinar as particularidades do método de exposição presentes na obra *O Capital* enquanto expressão do próprio método marxiano de análise da realidade social;
- Identificar os elementos históricos expostos na obra que sustentam a tese marxiana da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção;
- Examinar o conjunto de categorias problematizadas que exprimem a anatomia da sociabilidade capitalista, com ênfase na relação entre economia e política, além de apanhar os sentidos da produção do valor e do mais-valor na sociedade do capital, a partir da análise da mercadoria e da força de trabalho como mercadoria;
- Problematizar as principais contribuições resultantes desse estudo para análise dos desafios contemporâneos à luz da "lei geral da acumulação capitalista" e suas implicações no acirramento das expressões da "questão social", além do reconhecimento do significado da luta de classes nessa dinâmica.

3. METODOLOGIA

Considerando a pesquisa como bibliográfica e qualitativa, levamos em conta, para colhermos os resultados a serem expostos, o conjunto de etapas descritas por Gil (2002), como passos importantes que foram seguidos, levando-se em consideração levantamento bibliográfico; a busca de fontes; a leitura do material; o fichamento; e a análise e organização lógica do assunto a partir do método crítico-dialético. Desse modo, a partir da seleção e organização das principais categorias mobilizadas na obra, levamos em consideração a redação do presente Relatório.

Além da leitura, fichamento, organização e análise dos dados, para a elaboração dos relatórios – parcial e final – foi adotada a realização de encontros regulares, com discussões, no âmbito da equipe, em caráter presencial. A partir de abril de 2020, em virtude da necessidade de preservação das condições sócio-sanitárias, em face da expansão da pandemia da Covid-19, e em acordo com as recomendações das diversas instâncias oficiais, inclusive da COPES/UFS, a equipe procedeu com atividades em caráter remoto, as quais tinham como alicerce central a discussão e investigação teórica do conjunto de categorias – e seus desdobramentos – presentes na obra d'*O Capital*. Mediante os encontros, foi possível examinar particularidades do modo de produção

capitalista, bem como realizar o exercício da capacidade intelectiva da abstração, uma vez que o próprio Marx (2013) aponta que "na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos." Ademais, como um dos elementos que constituem a metodologia, destaca-se aqui a produção de sínteses parciais – fundamentadas nas indicações de leituras bibliográficas dispostas no plano de trabalho – responsáveis por fornecer os subsídios necessários para a elaboração do relatório final.

3.1 Tipo de pesquisa e princípios gerais

Conforme exposto na caracterização e justificação da proposta, o nosso esforço referiu-se à apreensão dos fundamentos da sociabilidade capitalista, com ênfase na problematização da unidade entre economia e política, a partir da crítica presente no Livro I d'*O Capital*, do autor alemão Karl Marx, a partir da edição mais recente publicada no Brasil (MARX, 2013), cotejada com outras edições pertinentes ao estudo da obra, identificando similitudes e diferenciações, além de outros textos, materiais audiovisuais, em caráter complementar. Caracterizamos a pesquisa como bibliográfica e qualitativa. Desse modo, ao buscarmos respostas à problemática levantada, nos sustentamos em uma abordagem de natureza ontológica, em que pressupomos, pois, a prioridade do objeto a ser investigado em relação ao(à) investigador(a) (TONET, 2013; CHASIN, 2009).

3.2 Definição do universo

A proposta de pesquisa centrou-se na leitura imanente da obra *O capital*, de Karl Marx, sendo, portanto, o objeto de estudo da presente investigação. De modo complementar, considerando fortuna crítica com contribuições já realizadas, a exemplo de RUBIN (1980), TEIXEIRA (1995), ROSDOLSKY (2001), HARVEY (2013), MÉSZAROS (2009), procedemos com a escolha e incorporação de outras fontes que nos auxiliaram no adensamento da proposta, fornecendo elementos imprescindíveis no recolhimento e análise dos dados coletados.

3.3 Análise de dados

Considerando a delimitação do problema, destacamos que realizamos fichamentos e sínteses-parciais, conforme observa-se nos apêndices que constituem o presente relatório, a partir do procedimento de leitura imanente do texto, intentando o desvelamento de seus nexos internos, com a finalidade de entender o momento histórico da obra, sua estrutura, seus fundamentos, as principais categorias abordadas e as conexões entre as argumentações, de modo a contribuir na elaboração dos relatórios (parcial e final). Ao longo do processo, como já apontamos, realizamos as atividades de discussão coletiva que puderam conferir suporte na identificação e análise dos dados. Na etapa de organização dos dados levamos em consideração as principais categorias desdobradas na obra, considerando-as como reprodução ideal do objeto real, que é a própria sociedade burguesa.

Tornou-se, fundamental, no desenvolvimento da pesquisa, a apreensão de categorias como mercadoria, valor, dinheiro, capital, trabalho, natureza, acumulação primitiva, exploração, mais-valor, dentre outras, enquanto expressão do movimento real, de modo que possamos, a partir da leitura e interpretação do material a ser analisado, transcender a dimensão aparente do fenômeno, adentrando em sua essência (NETTO, 2009). Em virtude da necessidade de isolamento sócio sanitário – a partir de março de 2020, para conter a disseminação do COVID-19 em território nacional – a discussão acerca da “lei geral da acumulação capitalista", presente no capítulo XXIII, que nos permite uma maior apreensão dos fundamentos da “questão social”, delineou-se a partir de outros capítulos, com a problematização de categorias assentadas no próprio texto marxiano, além de referências complementares cujo núcleo teórico-metodológico partiam da análise de Marx, como o estudo elaborado pela Marilda Iamamoto (2001). A partir dessas adequações, nos foi possível uma aproximação aos elementos centrais referentes à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção. Assim, proporcionou-nos o reconhecimento da importância da leitura e discussão do referido capítulo, visto que ele se expressa como uma fonte teórica fundamental para análise da sociabilidade capitalista.

Cremos que apreensão e interpretação de tais categorias mais que um exercício de elaboração teórica pôde nos propiciar uma aproximação às determinações concretas que envolvem os fundamentos da sociedade capitalista, isso porque expressam uma "síntese de múltiplas determinações" (MARX, 2008). Como nos lembra Netto (2009, p.684) "o

conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações - tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. A investigação rigorosa d'O Capital, portanto, pode nos enriquecer da análise desse conjunto categorial que nos permite, por sua vez, desvelar a anatomia do próprio capitalismo, suas particularidades, contradições e desafios contemporâneos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das elaborações textuais produzidas até a finalização da pesquisa, é possível apontar, como um dos resultados centrais do estudo, a relevância d'O Capital como fonte (teórico-política) de desvelamento da relação contraditória do modo de produção capitalista. É concebível que Marx, a partir de suas formulações, utilizando-se do seu método de investigação – o qual parte da análise da estrutura e dinâmica do objeto estudado, indo para além da sua aparência fenomênica (NETTO, 2011). –, tem a capacidade de analisar, em sua totalidade, cada um dos elementos históricos e as categorias que constituem o conjunto de relações forjadas em torno do desenvolvimento do capital. Ao serem recuperados conceitos e categorias, os quais foram constatados enquanto primeiros resultados obtidos da pesquisa, tais como: "mercadoria", "valor de uso", "valor de troca", "valor", "trabalho útil/concreto", "trabalho abstrato" e "dinheiro", o leitor se depara com uma concepção mais analítica acerca dos processos de produção e reprodução do capital.

Portanto, por meio da contribuição investigativa do estudo tornou-se evidente como a obra marxiana oferece subsídios para que seja possível o conhecimento dos primeiros processos que sustentaram o processo de acumulação de capital, assentados nos processos de expropriação e exploração. E, de fato, na produção teórica do autor são dispostos esses elementos quando afirma que a estrutura econômica da sociedade capitalista foi constituída, não somente, através da destruição da estrutura econômica da sociedade feudal, como também que "o processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho […]" (MARX, 2013, p. 961). Ademais, é possível constatar que para garantir as bases do modo de produção capitalista, foi necessário que uma grande massa de camponeses – a qual na dissolução do sistema feudal perdeu suas terras, e por conseguinte, seus trabalhos – realizasse sua força de trabalho no mais novo cenário determinado pelas relações de capital. (MARX, 2013).

Logo, torna-se válido ressaltar que, no âmbito da pesquisa, ao nos debruçarmos diante do capítulo XXIV da obra marxiana, denominado como "A assim chamada acumulação primitiva", foi capaz de reincorporarmos análises feitas no primeiro momento da pesquisa, e assim, desenvolvê-las a partir das observações dispostas por Marx ao discutir acerca da gênese da acumulação de capital. Em virtude disso, se tornou possível examinar algumas determinações que conformam a anatomia da sociabilidade capitalista e seus desdobramentos, inclusive incidentes na conjuntural atual.

Desse modo, a partir do que foi examinado poderíamos destacar alguns elementos resultantes das análises suctidas no interior do material pesquisado, tais como:

- Para compreender o método marxiano, de antemão é necessária a apreensão da sua concepção de teoria. Dessa forma, Netto (2011, p. 21) a apresenta como a "reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz o em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.";
- A teoria de Marx apresenta a relação entre a aparência e essência do objeto de estudo, visto que para o pesquisador conhecer o seu objeto estudado ele deve considerar sua aparência fenomênica para ir além e apreender a sua estrutura e dinâmica, isto é, sua essência;
- Ao estudar a mercadoria e tê-la como principal elemento para entender a dinâmica e estrutura do modo de produção capitalista, Marx resgatou categorias (valor de uso, valor de troca, etc.) já estudadas por outros pensadores – como Adam Smith e David Ricardo – e apresentou uma análise mais crítica e densa, ao contrário do que foi feito anteriormente dele. Marx, durante seu estudo, pôde observar que a mercadoria, além de dotada de utilidade para a satisfação de alguma necessidade, com a evolução da sociabilidade, ela também passa a assumir o caráter de permutabilidade, até transformar-se como elemento em torno do qual se estrutura toda a sociedade, como no caso da sociabilidade capitalista;
- Diante da obra produzida, é possível destacar elementos apresentados por Marx a respeito da sua tese da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Ao mesmo tempo em que a produção das mercadorias, já considerando a sociabilidade capitalista, passava a apresentar maquinários e equipamentos aprimorados para a sua realização, também o sujeito produtor, o

qual é possuidor da mão de obra, não mais se reconhecia na produção das suas mercadorias;

- A mercadoria, num determinado modo de produção – o capitalista – assume a aparência de status autônomo. Quer dizer, possui um fetiche, mesmo sendo essa produzida por homens quando estes realizam trabalho que é a transformação intencional da natureza pra sanar uma dada necessidade, a mercadoria, parece dotada de vida própria e trava relações com outras mercadorias e com outros produtores de mercadoria. (MARX, 2013). Desse modo, quando observamos na atualidade um produto do dispêndio de força de trabalho humano, por exemplo, um celular, o vemos como mercadoria independente, ocultada de trabalho humano, travando relações com os usuários de smartphones, bem como com outros celulares quando se é comparada suas funções e tecnologias, como sendo independentemente do conjunto das relações sociais que os produziram. Trata-se, portanto, de relações fetichizadas, cuja forma de expressão da produção vela a relação entre pessoas, assumindo uma "fantasmagórica" relação entre coisas, o conjunto das diversas mercadorias. Em outros termos, a complexificação do modo de produção capitalista apresenta-se como um aprofundamento da aparente coisificação das relações sociais;
- Conforme o próprio Marx (2013, p. 959), a acumulação primitiva é "prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida." Dito isso, apreender as suas particularidades e desdobramentos oferece-nos uma perspectiva crítica do processo em que se desenvolveu o capital;
- A princípio, houve condições iniciais para que a mercadoria e o dinheiro fossem transformados em capital e, portanto, houvesse assim o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Desse modo, Marx (2013, p. 960-961) afirma que para ocorrer essa transformação "é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho.";

- De acordo com o próprio Marx (2013), a partir do momento que o modo de produção capitalista ganha forças, ele não somente vai separar o produtor de mercadorias dos meios de produção, mas também irá reproduzir essa cisão cada vez mais. Logo, a partir desse processo de separação, são reproduzidas expressões da desigualdade social, visto que "[...] a pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, - mas referida à própria produção." (IAMAMOTO, 2001, p. 16);
- Com a dissolução das formas de produção feudal, as propriedades comunais também desapareceram e assim se transformaram em propriedades privadas modernas. Logo, tornaram-se um dos métodos da acumulação primitiva. Dito isso, o referido método possibilitou que, além de uma transformação das terras rurais em solo para a agricultura capitalista, também utilizar-se da força de trabalho daqueles que se tornaram livres para o novo mercado de trabalho. (MARX, 2013);
- A produção e acumulação capitalista, desde os seus primórdios, se caracterizam como um processo demasiadamente violento. É notória que para realização da acumulação primitiva, métodos brutais como, por exemplo, as legislações sanguinárias contra os expropriados, foram necessários visto que "[...] a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado." (MARX, 2013).

5. CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos nos dois momentos da pesquisa, fica evidente – a princípio – como Marx foi demasiadamente cauteloso ao construir O Capital. Em virtude do seu método e objeto de investigação (a sociedade burguesa), o pensador alemão parte para o que Netto (2011, p. 22) chama de "aparência fenomênica, imediata e empírica" do seu objeto, isto é, a mercadoria. Ao iniciar sua referida obra, Marx já nos oferece a possibilidade de apreensão das particularidades dessa categoria, visto que somente assim é possível analisar a estrutura e a dinâmica da sociabilidade capitalista.

Dito isso, a equipe da presente pesquisa compreende o quão rica é a fonte marxiana para não somente identificar os elementos históricos da sociabilidade capitalista da época do autor, mas também para analisar como esse desenvolvimento do modo de

produção capitalista desdobrou-se numa crescente reprodução das desigualdades sociais de caráter global e que permanece assentada em seus fundamentos, expressando-se em fenômenos reatualizados.

6. PERSPECTIVAS

A pesquisa – a qual se insere no Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM - UFS) – possuiu um papel significativo no que se refere à análise e apreensão do conjunto de categorias presentes no livro I d'*O Capital*, uma vez que ao decorrer do desenvolvimento do trabalho foi essencial examinar os elementos históricos que constituem a relação contraditória do capital da sua gênese à contemporaneidade. Dito isso, discutir a teoria marxiana nos oferece uma perspectiva crítica a qual é capaz de reter os possíveis desdobramentos – presentes na atualidade – determinados pela dinâmica sistematicamente desigual do capitalismo. Portanto, foi pressupondo dadas expressões da "questão social" na contemporaneidade, que o GEPEM – UFS desenvolveu planos de trabalhos os quais, apesar de delinearem o seu objeto de estudo, tomam como pressuposto a incessante necessidade de acumulação de capital e o controle das mazelas sociais. Tais planos intitulados como: *"Conflitos Socioambientais e questão habitacional no município de Aracaju"*; *" 'Estado Punitivo' e a 'Política de Encarceramento' como estratégia de controle social: Uma proposta de análise do sistema prisional em Sergipe a partir dos dados de 2018."*; *"Atividade de Mineração em Sergipe – caracterização, impactos e conflitos socioambientais existentes"* e *"Confrontos violentos por água e terra no estado de Sergipe mediados pela agricultura voltada aos interesses de mercado"*. Mediante esses fatores, ao refletir acerca da nossa inserção – discentes integrantes da presente pesquisa – em novos planos de trabalho, é fundamental destacar a relevância de todo o desenvolvimento e material produzido, visto que ele irá nos oferecer não somente uma maior aproximação ao objeto de estudo, mas também subsídios teóricos fundamentados na teoria marxiana.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

CHASIN, José. **Marx: Estudo Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à Edição Inglesa. IN.: **O Capital: para a crítica da economia política.** Vol. I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

G1 notícias. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/10/pobreza-extrema-cresce-em-25-estados-brasileiros-aponta-estudo.ghtml
Acesso em: 17 mar. 2019.

GIL, Antônio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **Para entender O Capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. In.: Temporalis. Brasília: ABEPSS, 2001. p. 09-32.

IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23844-desemprego-e-o-maior-dos-ultimos-sete-anos-em-13-capitais-do-pais
Acesso em: 17 mar. 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes, 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011 Parte III, capítulo 14," a produção de riqueza e a riqueza da produção", pp 605-613. Disponível em: https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922. Acesso em: 15 nov 2019.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital: para a crítica da economia política**, vol. I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1°ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____. **Introdução**. In.: O leitor de Marx (org). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

OXFAM. **Relatório País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfem, 2018.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

TEXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx - uma leitura crítico-comentada de O capital**. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

8. OUTRAS ATIVIDADES

Para uma maior aproximação com todas as análises e produções realizadas ao decorrer da pesquisa, foi imprescindível a inserção dos discentes em espaços de discussões, os quais não estavam previstos, inicialmente, no plano de trabalho, mas que se mostraram como espaços importantes de interlocução com o objeto de estudo.

- Participação no I Encontro Estadual do movimento por uma universidade popular contra o future-se. “Por uma Universidade Popular!”;
- Curso livre da Escola Marx online: Serviço Social, Política Social e Marxismo. Aula online: “Seguridade Social e Assistência Social.”; via: *Youtube*.
- “Por que ocupamos?” Formação da juventude do MTST Sergipe com Guilherme Boulos; via: *Google Meet.*
- Curso: Movimentos antirracistas, marxismo e Serviço Social; via: *Youtube*.
- Curso - Serviço Social e a crise sanitária: os reflexos da pandemia no exercício profissional de assistentes sociais em Sergipe; via: *Zoom*.

  Módulo 1 - “Pandemia, crise sanitária e Serviço Social: elementos para pensar a conjuntura brasileira, sergipana e o cotidiano do trabalho.”;

  Módulo 2 - “As implicações da pandemia e do trabalho remoto no exercício profissional de Sergipe.”;

  Módulo 4 - “O SUAS em tempos de pandemia.”;

  Módulo 5 - “Conservadorismo e Governo Bolsonaro: elementos para pensar o exercício profissional na direção do projeto ético-político.”.

APÊNDICES

APÊNDICE I – EIXO DE SISTEMATIZAÇÃO I: O MÉTODO EM MARX

Debater sobre método de pesquisa é sempre um desafio, tanto para as ciências sociais e humanas quanto para as ciências naturais. Nesse sentido, tomar o método em Marx como questão de estudo consiste também em uma grande aventura, uma vez que, apesar da robusta riqueza teórica da sua produção, Marx não redigiu textos específicos a respeito, o que exige de seus/suas leitores(as) significativo esforço para apanhar elementos fundamentais da sua perspectiva teórico-metodológica ao longo de toda a sua obra. Ao partirmos da experiência de pesquisa em curso de que decorre a elaboração do presente relatório parcial de pesquisa, por meio das leituras iniciais de O capital (livro I) já encontramos alguns elementos significativos a respeito do método que julgamos necessário apresentar como parte insuprimível dos relevantes "achados" dos estudos que temos empreendido.

O caminho percorrido até aqui nos tem indicado que o método desenvolvido por Marx, além de não ser objeto de manifestação direta desse autor em sua obra, não pode ser apreendido descolado do processo de investigação e construção da sua teoria. Método, investigação e teoria possuem uma grande interatividade. As pesquisas realizadas durante os anos 1840, por exemplo, influenciaram o desenvolvimento de propostas metodológicas que foram utilizadas nos anos 1850, promovendo, em consequência, uma progressão nos estudos ao atualizar as propostas metodológicas até então alcançadas (NETTO, 2011). Isso acaba por ressaltar a noção de que não é viável entender o método como um elemento autônomo a ser aplicado a uma determinada investigação, tal qual uma "receita" que prescreve ordens inalteráveis. O que nos leva a compreender que transportar um método pronto para a análise de um determinado objeto não seria necessariamente o melhor caminho para um pesquisador.

Seguir tal caminho de reflexão nos remete, inevitavelmente, portanto, ao significado que teoria assume para Marx, sem o que não é possível nos aproximar da sua noção de método. Segundo Netto (2011, p.21), Marx sugere que teoria é a "reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa".

Nessa direção, a teoria representa um meio através do qual "o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (Idem). Entretanto, para que esta reprodução se realize de maneira coerente, cabe ao sujeito investigador assumir uma postura ativa em relação ao objeto, no sentido de examiná-lo não como um elemento

exterior, mas sim, lembrando que o objeto em questão detém uma vinculação com sua própria existência. O que, segundo Netto (2011), significa afirmar que o sujeito possui uma implicação com o objeto de estudo. Sobre a postura ativa, também merece ênfase o esforço a ser realizado pelo pesquisador para "apropriar-se da matéria", utilizando-se dos mais variados instrumentos de pesquisa à disposição (depoimentos, livros, jornais, etc.), tendo em vista uma análise que reflita os elementos constitutivos do objeto e suas determinações.

O método de Marx é resultado do trabalho árduo de pesquisa que realizou dentro e fora do escritório. Ele não resulta de inspirações geniais ou repentinas, mas de anos de longa elaboração teórico-científica, cuja maturação se deu no decorrer de sucessivas aproximações ao seu objeto. (NETTO, 2011). Marx foi um exímio pesquisador, tão longo foi seu trabalho de crítica para o qual dedicou sua vida. Sua abordagem sobre a luta de classes está vinculada a sua experiência de ter acompanhando de perto a luta de diversos segmentos da classe trabalhadora, suas demandas e organizações, greves e outras manifestações, enfim, as lutas políticas operárias que se desenharam nas regiões onde viveu. Foi desta maneira que buscou apreender o movimento real de seu objeto de estudo: a sociedade burguesa, organizada em torno do modo de produção capitalista - e suas correspondentes relações de produção e circulação. Reproduzir e interpretar em sua obra o movimento real deste objeto e vincular suas descobertas sempre aos interesses da classe formada pelos trabalhadores, foi o grandioso trabalho de pesquisa de Marx, interrompido com sua morte prematura, em 1883.

Na concepção marxiana, a sociedade capitalista é constituída por duas classes antagônicas: a classe burguesa e a classe trabalhadora. No entanto, não é desnecessário lembrar que a sociedade é movimentada por outros segmentos além dessas duas classes fundamentais. No geral, a estrutura capitalista tem como aspecto fundamental uma produção realizada de forma socializada por várias pessoas e uma apropriação privada da riqueza socialmente produzida: aquilo que alguns autores chamam de contradição fundamental do capitalismo. Ademais, percebe-se um desenvolvimento intenso das forças produtivas, em outros termos, uma capacidade de produzir que se mantém em constante avanço e inovação.

Das classes fundamentais constituintes da ordem capitalista, a classe burguesa é formada por aqueles que possuem a propriedade privada dos meios de produção e se apropriam da maior parcela da riqueza socialmente produzida, enquanto a classe trabalhadora é formada por aqueles que produzem a riqueza, porém se apropriam dela

minimamente. Para Marx e outros pensadores marxistas, a classe trabalhadora, que se reproduz sob um regime de aguda exploração da força de trabalho[2], detém uma necessidade histórica de conduzir um projeto societário que transforme radicalmente o sistema do capital, para que finalmente a exploração do homem pelo homem seja extinta. No entanto, a transformação revolucionária exige.

> [...] um conhecimento da realidade social que permita demonstrar que não se trata de um simples desejo, mas de uma possibilidade real e, além disso, superior à forma da sociabilidade burguesa. Necessita de um tipo de conhecimento que permita fazer uma crítica radical da forma da sociabilidade existente, isto é, compreender a origem última do ser social, ir à raiz mais profunda desta forma de sociabilidade (capitalista) e apreender a conexão íntima com a possibilidade e a necessidade de transformação também radical desta sociedade. (TONET,2013, p.19)

Chamamos atenção aqui para o caráter revolucionário da teoria social de Marx, sendo esta dimensão fundamental para compreender o padrão metodológico elaborado pelo pensador alemão. Ademais, este movimento ressalta e reafirma o caráter de indissociabilidade entre teoria e método.

Em Marx, o "método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto". (NETTO, 2011, p.22). Portanto, para se conhecer o objeto é necessário investigar além da forma de manifestação imediata (aparente e empírica), é preciso descobrir sua essência, isto é, sua estrutura e dinâmica, os elementos que constituem o objeto, mas não se manifestam de forma imediata. Afirmar isso é considerar que essas duas dimensões da realidade (aparência e essência) não são idênticas e que a aparência é apenas um nível da realidade – a partir do qual o conhecimento tem início – e, nesse sentido, uma dimensão importante e indispensável a ser considerada pelo/a pesquisador/a como parte do movimento empreendido para descortinar o objeto de estudo, para o que é necessário, também, buscar apreender sua essência.

Essa relação aparência/essência que comparece na perspectiva do método de Marx é possível ser identificada em seus escritos logo no prefácio do primeiro volume d'o Capital, ao destacar a descoberta de que a forma-dinheiro é a forma mais desenvolvida da

---

[2] Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo" (MARX, 2013, p.312). No capitalismo, a força de trabalho foi transformada em mercadoria. Porém, possui uma característica especial: a força de trabalho humana tem a capacidade de gerar valor.

forma simples de valor. Isso também se mostra evidente no trecho do primeiro capítulo do mesmo livro, intitulado *A Mercadoria*, ao afirmar:

> A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma "enorme coleção de mercadorias", e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. (MARX, 2013, p.157).

A passagem acima citada contribui para o entendimento de outra característica fundamental na concepção teórico-metodológica marxiana. Para a reprodução ideal da estrutura e dinâmica do objeto de estudo torna-se crucial empreender um movimento por meio do qual se analise as características mais simples rumo a contemplação das características mais complexas. É por essa motivação que Marx começa a examinar inicialmente a mercadoria, pois a considera a "forma econômica celular" da sociedade burguesa.

Seguindo nosso objetivo de situar aqui alguns aspectos relativos à concepção marxiana a partir de nossas leituras ainda em andamento, encontramos alguns termos que parecem ser chave para apanhar o processo analítico empreendido por Marx. São eles: *abstração, determinação, categoria e contradição*.

O primeiro destes termos representa uma ferramenta fundamental ao pesquisador das ciências humanas: "[a] abstração é a capacidade intelectiva que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo" (NETTO, 2011, p. 44). Trata-se de um procedimento de natureza intelectual, portanto, que ocorre no âmbito da consciência e, assim, indispensável para a realização da análise da realidade pelo sujeito que pesquisa. Nas palavras de Marx (2013, p.78):

> [...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica.

Pela abstração é possível analisar a realidade de modo que se alcance "determinações mais simples", tal como aponta Netto (2011, p.44):

> A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir 'determinações as mais simples'. Neste nível, o elemento abstraído torna-se 'abstrato' – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de 'muitas determinações'. A realidade é concreta exatamente por

> isso, por ser 'a síntese de muitas determinações', a 'unidade do diverso' que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só 'a viagem de modo inverso' permite essa reprodução.

Nessa direção, conhecer concretamente o objeto é conhecer suas múltiplas determinações. Estas que podem ser apreendidas como "traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade" (NETTO, 2011, p.45). Assim, quanto mais traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade concreta são apanhados pelo/a pesquisador/a, mais rico será seu pensamento ao reproduzir a riqueza real (concreta) dessa realidade.

O objeto dos estudos de Marx é a sociedade burguesa, seu objetivo é conhecer as categorias que constituem a articulação dessa sociedade internamente. Para Marx, as categorias – e em sua obra encontramos inúmeras, como mais-valia, valor, trabalho, fetiche, etc. –, dizem respeito a "formas de modo de ser, determinações de existência, aspectos isolados de [uma] sociedade determinada" (NETTO, 2011, p.46). Portanto, categorias têm existência objetiva, são reais, próprias/constitutivas da realidade e, por meio da abstração, são reproduzidas idealmente pelo/a pesquisador/a. Sendo a sociedade burguesa a mais desenvolvida e complexa de todas as organizações produtivas da história, nela devemos encontrar "maior desenvolvimento e maior diferenciação categorial" e sua análise deve ser igualmente rica em categorias (Idem, p.47).

Para apanhar a lógica do capitalismo, Marx trata a sociedade burguesa como uma totalidade social complexa e concreta, constituída por totalidades contraditórias de menor complexidade. (NETTO, 2011, p.56). A contradição, inclusive, é o combustível que dinamiza os ritmos e limites dessa realidade social.

Apreender esse processo aponta outro elemento extremamente relevante na teoria social marxiana, qual seja, a noção de totalidade. A esse respeito Tonet (2013, p. 96), em uma passagem interessante, explica que a categoria da totalidade presente na teoria de Marx

> [...] expressa o fato de que a realidade social é um conjunto articulado de partes. Cada uma dessas partes é, em si mesma, uma totalidade, de maior ou menor complexidade, mas jamais absolutamente simples. Expressa ainda o fato de que as partes que constituem cada um desses conjuntos se determinam reciprocamente e que sua natureza é resultado de uma permanente processualidade.

Como exemplo ilustrativo, pode-se lembrar das atividades econômicas que interagem no capitalismo. Produção, distribuição e consumo articulam-se e se auto

implicam constituindo uma única totalidade, porém, cada setor econômico contém aspectos próprios. Ao partir dessa noção de totalidade apresentada por Marx, é notório o risco que é entender os fenômenos sociais de maneira fragmentada, como se cada fenômeno tivesse natureza autônoma e dinâmica próprias, independentes. Portanto, compreender que as totalidades de menor complexidade possuem uma articulação com a totalidade (econômica, política, social, cultural e etc.) e apreender as mediações e articulações que conformam essa relação não é tarefa simples, porém fundamental para o/a investigador/a. Foi com base nas categorias de totalidade, contradição e mediação que "Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico" (NETTO, 2011, p.58).

Levando em consideração os elementos levantados, o que se coloca como decisivo é a noção de que o interesse de Marx não incidia sobre um "abstrato conhecer", mas sobre "como conhecer um objeto real e determinado", ou seja, que o pensamento de Marx era de natureza ontológica[3] e não epistemológica (NETTO, 2011, p.27). A forma moderna de fazer ciência foi revolucionada por este pesquisador. Isso se deve, sobretudo, porque Marx não se deteve em tomar como pronta e imutável a sociedade na qual estava inserido. As impugnações suas e da classe trabalhadora exigia uma elaboração teórica que desse conta de imaginar uma nova forma de viver em sociedade, e "uma forma de sociabilidade radicalmente nova requer uma forma essencialmente nova de produzir conhecimento" (TONET, 2013, p. 29).

[3] Numa perspectiva ontológica, a primeira pergunta a ser respondida não diz respeito ao conhecer, mas ao ser. Primeiro responde-se à pergunta "o que é o ser, o que é a realidade?" Só em seguida se respondem às questões relativas ao modo como se conhece o ser. (TONET, 2013). "O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade?". (KOSIK, 1976, p.35)

APÊNDICE II – EIXO DE SISTEMATIZAÇÃO II: A ANÁLISE DA MERCADORIA NO LIVRO I D'O CAPITAL

1. Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor

Em coerência com o seu método (de investigação e exposição), para a apreensão do Modo de Produção Capitalista (MPC) a análise marxiana disposta n'O Capital iniciar pela célula elementar dessa forma social, qual seja, a mercadoria. Para o autor, a mercadoria, antes de tudo, satisfaz necessidades humanas seja de qual for o tipo. Pode ser diretamente – através do enquanto meio de subsistência; ou, indiretamente – por meio de produção.

Tudo que for útil tem duplo ponto de vista: o da quantidade e da qualidade. A utilidade de um objeto faz dele um valor de uso, seu caráter depende de uma determinada quantidade. O valor de uso apenas se efetiva com seu próprio uso, ou se for "comercializado", formando o conteúdo material da riqueza. Trata-se, aqui, de uma determinação fundamental das diversas formações sociais. Ao mesmo tempo, no âmbito das relações sociais capitalistas o valor de uso se constitui como suportes materiais do valor de troca, ou seja, sua utilidade realiza-se como pré-condição de servir como objeto para outrem ocorrendo uma interação no sentido de que a mercadoria ganha mais um aspecto. Assim, nos diz Marx: "Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [stofflische Träger] do valor de troca" (MARX, 2013, p.114). Desse modo, tal especificidade no capitalismo é justamente essa subordinação dos distintos valores de uso ao valor de troca, o que caracteriza a premissa das relações de troca das mercadorias.

Como valores de uso, as mercadorias são de diferentes qualidades; como valores de troca, elas podem ser de quantidades diferentes. Um valor de uso só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano e é por meio da quantidade de "substância formadora de valor", isto é, da quantidade de trabalho nele contida que se mede a grandeza do seu valor. Portanto é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu *valor*.

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de

uma mercadoria varia na mesma proporção da quantidade de trabalho que nela é realizado e ao contrário da força produtiva desse trabalho.

Ainda na explicitação das diversas variáveis incidentes na constituição do valor, foi possível identificar que também é admissível que um objeto possa ser valor de uso sem ser valor. Por exemplo, quando se identifica quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, criando assim, tão somente valor de uso, mas não mercadoria, pois não ocorreu transferência para terceiros. Por último, nenhum objeto pode ser valor sem ser objeto de uso.

Se ela é inútil, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor.

2. O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

Como demonstrou Marx, e posteriormente outros marxistas, a exemplo de Lukács (2013), o trabalho constitui-se como uma atividade exclusivamente humana. Por mais que a aranha ou a abelha executem operações semelhantes, as mesmas são consideradas afazeres repetitivos, mecânicos, dispostos apenas para uma necessidade instintiva, que não possuem a capacidade de idealizar o projeto conscientemente. O homem, como ser natural e social, tem a capacidade de que o seu plano de transformação seja previamente planejado no ideal para a objetivação, ou seja, a prévia ideação que nada mais é que a capacidade, na consciência, de verificar as possíveis alternativas da ação futura. Esse processo de transformação do plano ideal para a objetivação resulta na produção de conhecimento, ao passo que se constrói o trabalho. Através do trabalho ocorre uma dupla transformação. Ao mesmo tempo em que o homem atua sobre a natureza, também se autotransforma, despertando, assim, a produção de bens necessários à sobrevivência, como também, a produção de novas habilidades e conhecimentos. Não há possibilidade da existência do ser social, sem a realização da atividade do trabalho, o intercâmbio orgânico necessário com a natureza, posto ser essa uma condição ineliminável no mundo dos homens.

Como apontado, é o trabalho a condição de existência humana. Ainda que tal determinação se explicite em maior relevo no capítulo V d'O Capital a análise da mercadoria disposta no capítulo I já aponta como a submissão do processo de trabalho ao modo de produção capitalista lhe imputa condições que, ao conservar sua função necessária de transformação da natureza, apresenta outras determinações. Ora, se um objeto subordinado aos auspícios do MPC, a mercadoria, se exprime em um duplo caráter, como valor de uso e valor de troca, como foi já foi citado, o trabalho também possui um

duplo caráter que se realiza nesse duplo caráter da mercadoria. São eles o trabalho concreto/útil, que cria valor de uso, e o trabalho abstrato, que produz valor para o capital.

O "trabalho útil", antes de tudo, é a atividade de autodesenvolvimento da condição humana, e a atividade natural primária, que está presente em todas as formas de sociabilidade. O homem, em seus primórdios, utilizava-se da transformação dos elementos naturais a fim de satisfazer suas necessidades e de prover sua subsistência e, ao modificar a natureza, para alcançar determinado propósito, o homem também se transformava, adquiria novos conhecimentos e habilidades. O casaco, como mercadoria de valor de uso, quando foi criada satisfazia apenas a uma necessidade específica, a de passar o frio. Ou seja, no trabalho útil, o valor de uso de uma mercadoria consiste na especificidade de uma necessidade.

Na sociabilidade capitalista não basta o trabalho realizar a sua função precípua de ser a atividade produtora de diferentes valores de uso. Nos marcos dessa forma social ele – o trabalho – opera enquanto "trabalho abstrato". Conforme Carcanholo "o trabalho abstrato é a forma social e histórica do trabalho na sociedade capitalista", ou seja, o trabalho humano sobre ela é quem determina seu valor de troca. Nas sociedades primitivas, o homem estava inteiramente ligado à natureza, voltado apenas para a produção de objetos como valores de uso. Na sociedade capitalista, o trabalho se degradou com intensidade, tornando a força de trabalho uma mera mercadoria. O trabalho abstrato é o fundante da sociedade capitalista, nele o trabalho consiste como forma de sobrevivência do indivíduo e não como realização humana. O que determina a eficácia desse trabalho, é a sua organização: a produção da mais-valia- ou seja, produzir além do que é necessário. É possível observar com maior evidência tal tipo de trabalho, a partir da Revolução Industrial, observado na maquinaria, onde há um processo de trabalho uniforme consolidado; na intensidade da exploração do homem pelo homem, por meio do "assalariamento" do qual é pago em troca da venda da força de trabalho, e assim efetiva o caráter abstrato do trabalho. O resultado desse processo de trabalho além do estranhamento e alienação do trabalhador, ele também é um instrumento de subordinação, do qual sofreu uma ruptura em seu interior, tento que apenas executar ordens do seu patrão e não mais expressar as suas ideias e transformá- las em ações.

Por fim, é preciso salientar que o trabalho abstrato, enquanto condição na qual se apoia o desenvolvimento capitalista, se intensifica até os dias atuais, se expressando em diversos setores e mascarando cada vez mais a exploração do homem pelo homem, ou melhor, os que produzem e os que controlam, desestruturando o próprio ser social. De

forma contraditória, o trabalho dá ao homem a sensação de "liberdade", "autonomia", como por exemplo, os "delivery's" e os "pequenos empreendedores", mas na realidade ele é apenas se apresenta como mais uma mercadoria da qual o capitalista se apropria para extrair riquezas e produzir desigualdades, que se proliferam aprofundam aos dias atuais.

3. A forma de valor ou valor de troca

Ao discutirmos a mercadoria e o seu valor de uso, foi demonstrada a necessidade de haver uma utilidade específica contida nesta, uma vez que só a partir de duas mercadorias com utilidades distintas é possível acontecer a relação de troca. No entanto, quando iniciada a discussão acerca da forma de valor é apresentado um conjunto de particularidades – as quais se complexificam na medida em que as configurações das relações de troca se modificam – das mercadorias.

Quando pensamos em uma relação de troca de duas mercadorias qualitativamente diferentes – neste caso, usa-se aqui o exemplo 2 cadeiras = 3 metros de algodão – é notória a existência de dois polos da expressão do valor, isto é, a forma de valor relativa e equivalente: "Forma de valor relativa e forma de equivalente são momentos inseparáveis, interrelacionados e que se determinam reciprocamente [...] elas se repartem sempre entre mercadorias diferentes, relacionadas entre si pela expressão de valor." (MARX, 2013 p. 126). É importante citar que o referido exemplo configura a forma de valor simples (quando há apenas duas mercadorias permutáveis), contudo, nesta forma está contida a essência das outras formas de valores, as quais serão destacadas mais adiante.

Ainda a respeito da forma de valor simples, quando consideramos a sua configuração, é possível remetermos às relações de trocas que existiram ao longo dos séculos. De certo, o escambo pode refletir alguns dos aspectos desta forma de valor, visto que as necessidades que se faziam presentes precisavam ser supridas, e deste modo, a troca de um objeto de qualidade diferente por outro se tornou uma atividade comum.[4]

a) *Aspectos da forma de valor relativa e forma de valor equivalente*.

[4] É necessário ressaltar que o escambo realizado no Brasil do século XVI não expressa o caráter da troca de mercadorias. Pois, a princípio, esta atividade foi praticada com o intuito único de apropriação por parte dos portugueses. E, além disto, a grandeza de valores das mercadorias era algo irrelevante, uma vez que a quantidade de trabalho aplicado em objeto não faria diferença no momento da troca.

Como já mencionado, a forma de valor relativa e equivalente representam os dois polos de expressão do valor. Marx (2013) afirma n'O Capital que enquanto a primeira mercadoria da equação executa um papel ativo – forma relativa, a segunda mercadoria executa um papel passivo – forma equivalente. Por exemplo, ao pegarmos novamente o mesmo modelo já citado, notamos que o valor presente nas 2 cadeiras é expresso no corpo da mercadoria equivalente, isto é, do algodão. Logo, é perceptível que na relação de troca ambas as mercadorias apresentam algo em comum. Portanto, Marx faz uma observação bastante importante acerca dos aspectos dessa permutabilidade:

> [...] as grandezas de coisas diferentes só podem ser comparadas quantitativamente depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressões da mesma unidade são elas grandezas com um denominador comum e, portanto, grandezas comensuráveis. (2013, p. 127).

Dito isto, o que seria a "mesma unidade" a qual Marx se referiu? Ao pensarmos que as 2 cadeiras valem uma determinada quantidade de algodão, seja ela grande ou pequena, é necessário que haja uma comensurabilidade entre as duas mercadorias. No momento em que elas são resultantes de uma mesma quantidade de trabalho socialmente aplicado[5], elas se convertem em algo da mesma natureza. Ademais, há outra particularidade a respeito do valor relativo e valor equivalente que merece ser destacada: a mudança do caráter do trabalho.

A priori, quando pensamos quais são os trabalhos que dão origem a uma cadeira e algodão, logo é imaginado a marcenaria e o artesanato, respectivamente. Como já é de conhecimento geral, ambos os trabalhos resultam em mercadorias qualitativamente distintas, contudo, é importante observar que o trabalho concreto do algodão se converte automaticamente em trabalho abstrato no momento em que ele passa a unicamente refletir o valor das cadeiras.

Dito isto, como é possível observar a mudança do caráter do trabalho? Ao pensarmos nos referidos tipos de trabalhos (marcenaria e artesanato), vemos seu caráter privado – isto é, seu caráter concreto – onde as produções resultantes destes trabalhos particulares se diferenciam entrei si. No entanto, Carcanholo (s/d) ao tratar do trabalho, seguindo a lógica de Marx[6], afirma que se pegarmos tais trabalhos úteis e destacarmos

---

[5] Cabe aqui ressaltar as forças produtivas como fator determinante do tempo de trabalho aplicado na mercadoria. Visto que, se o tempo de produção de duas cadeiras cai pela metade, logo seu valor será menor e seu equivalente será 1,5 metros de algodão.

[6] Reinaldo A. Carcanholo. A dialética da mercadoria: guia de leitura. s/d p. 11-13.

somente o que eles têm em comum, estaríamos observando o trabalho na sua forma abstrata. Deste modo, o ponto em comum entre ambos os trabalhos seria a capacidade de uma das mercadorias ser capaz de refletir em seu corpo o valor de outra. Logo, o caráter privado daria espaço para o trabalho em sua forma social. Como apontou-se, essa determinação exposta no capítulo I, demonstra a configuração da forma de valor simples. A análise de Marx demonstrou como no capitalismo as formas de valor apresentam uma unidade complexa, demanda a sua decomposição analítica a fim de desvendar os meandros da produção capitalista.

b) *Complexificações da forma de valor: forma de valor desdobrada, forma de valor universal e forma-dinheiro.*

Durante as discussões, foi sendo mencionada a importância que se deu às mudanças de configurações da forma de valor ao longo dos séculos. Quando se é chamado atenção para este fato, torna-se possível a apreensão de algumas determinações do funcionamento das formas de aquisições de mercadorias no sistema capitalista atual. Pois, ainda que seja tido como modernizador um indivíduo efetuar o pagamento de sua compra através do seu cartão de crédito, não se deve ignorar o caráter ilusório do dinheiro presente nesta forma e suas problemáticas. Todavia, antes de chegarmos a esta configuração tão atual, devemos voltar para a então relação das trocas de mercadorias.

Após analisarmos a forma de valor simples – a qual se pôde ver a presença de duas mercadorias qualitativamente diferentes em confronto – se torna essencialmente necessário avançarmos para a forma desdobrada de valor. Marx a caracteriza como o valor de uma mercadoria que não é mais expresso em um único corpo material, agora é possível que este valor seja refletido em diversas outras mercadorias. Isto é, se antes apenas 3 metros de algodão eram utilizados como a manifestação de valor de 2 cadeiras, agora poderia acontecer de 4 quilos de trigo ou 2 luvas ou 3 quilos de açúcar, etc. serem também a mercadoria responsável por manifestar, em si mesma, a grandeza de valor das 2 cadeiras. No exemplo utilizado por Marx, 20 braças de linho = 1 casaco nos trouxe o seguinte: "O valor do linho permanece da mesma grandeza, seja ele representado no casaco, ou café, ou ferro etc., em inúmeras mercadorias diferentes que pertencem aos mais diferentes possuidores." (2013, p. 194).

A forma de valor desdobrada apresentou suas restrições na medida em que as mercadorias equivalentes particulares eram limitadas e se eliminavam reciprocamente (MARX, 2013, p.195). Desta forma, identifica-se uma modalidade mais complexa de

expressão do valor, a forma de valor universal. De modo simplificado, nós podemos imaginar esta configuração da relação de troca como o inverso da forma de valor desdobrada: 3 metros de algodão, ou 4 quilos de trigo, ou 2 luvas, ou 3 quilos de açúcar = 2 cadeiras. Portanto, torna-se nítido que o valor de cada mercadoria distinta passa a ser manifestado dentro do corpo de outra mercadoria totalmente diferente.

Diante de todas as formas de valores vistas até o momento, o equivalente – seja na sua forma individual, ou na sua forma particular (acompanhado de outras mercadorias) – sempre desempenhou um papel de manifestação de valor. Quando se é chegado à forma-dinheiro não é diferente, contudo, o equivalente nesta forma passa a ser exclusivamente a mercadoria ouro por duas importantes razões. De acordo com o próprio Marx, "o ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro porque já se confrontava com elas anteriormente, como mercadoria." (2013, p. 203). Ademais, o ouro é resultado de um trabalho o qual seu tempo de produção ultrapassa o tempo de qualquer outra mercadoria, tornando-se assim uma mercadoria extremamente valiosa.

Diante do que foi exposto, fica nítido que toda a evolução das formas de valor é uma evolução desse aspecto fantasmagórico da mercadoria, visto que o caráter do dinheiro apaga toda a materialidade do valor das mercadorias[7]. Dito isto, ao pensarmos o sistema capitalista contemporâneo e as relações de troca que são realizadas – por exemplo, efetuar uma compra através do próprio celular – é notória a obscuridade existente dos valores, uma vez que se torna impossível para aquela pessoa desvelar todo o trabalho que está contido naquela mercadoria. Ademais, mostra-se importante que ter na análise da mercadoria como um ponto de partida permitiu a Marx o desvelamento da anatomia da sociedade burguesa, uma sociedade ancorada no incessante processo de trocas mercantis.

[7] Só é possível desvendar o caráter do valor de uma mercadoria se ela estiver em confronto com outra. HARVEY, D. Para entender O Capital. p. 46.

APÊNDICE III – EIXO III DE SISTEMATIZAÇÃO: A ANÁLISE DO FETICHE DA MERCADORIA NO LIVRO I D'*O CAPITAL*

O presente texto, ainda introdutório, se propõe a fazer um registro sintético do que foi apreendido nas atividades de estudo, leituras e debates realizados no âmbito do Projeto de Iniciação Científica "Os Fundamentos Sócio-Históricos do Capitalismo: Uma análise do Livro I D'o Capital de Karl Marx ", quando num primeiro momento a pesquisa bibliográfica concentrou-se em examinar o capítulo "A Mercadoria" com o qual Marx (2013) faz a abertura do primeiro volume do seu livro O Capital. Destaca-se que tal procedimento investigativo foi orientado pelo objetivo de examinar o conjunto de categorias problematizadas pelo citado autor, que possibilitem a compreensão da anatomia da sociabilidade capitalista, o que exigiu inicialmente, partir das categorias fundamentais que a análise da mercadoria traz, quais sejam: valor, valor de uso, valor de troca, trabalho abstrato, trabalho concreto, formas de expressão do valor, forma- dinheiro, fetiche.

Para o estudo desse conjunto de categorias, fez-se necessário conhecer o método marxiano e sua importância para a compreensão do modo como é feita a exposição das categorias na obra de Marx. A investigação bibliográfica propriamente dita sobre "O Capital" foi antecedida, portanto, por um debate que possibilitou identificar como na análise da realidade social o método marxiano traduz uma leitura que articula numa totalidade, as dimensões universalidade, particularidade e singularidade, aparência e essência e concretiza cada vez mais o conhecimento da realidade como uma "síntese de múltiplas determinações". Dito de outra forma:

> [...] Por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações - tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As "determinações as mais simples" estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades - mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade! (NETTO, 2011, p. 45).

Na aparência, a mercadoria, parece ser de simples concepção. Quando a deslindamos, em sua essência, percebemos que várias mediações são necessárias para o seu entendimento. Como adverte o próprio Marx (2013, p.204): "Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é

uma coisa muito intricada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos." Disso decorre o fetichismo, uma propriedade da mercadoria que o presente texto irá tratar especificamente, ainda que tangenciando as outras mediações necessárias no trato dessa questão. Para tanto recorremos à leitura do próprio Marx (2013) e de outros autores marxistas (HARVEY,2013; MÉSZÁROS,2011; NETTO e BRAZ, 2008) que oferecem importantes contribuições ao debate.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 32), quando o homem[8], movido por suas necessidades, transforma a natureza e suas matérias, utilizando-se da sua capacidade teleológica para pensar os fins e os meios que melhor respondem a essa atividade, ele realiza trabalho, "[...] uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito." Com um pensamento previamente elaborado, no campo ideal, o homem pensa antes de materializar o objeto no campo concreto, ou seja, na realidade propriamente dita; ele realiza trabalho e materializa um produto final.

Do que podemos entender com Marx (2013, p. 167), o trabalho e a natureza são as fontes da riqueza material, ou seja: "[...] O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe". Resultantes das formas concretas de trabalho, os produtos que atendem as necessidades humanas são então valores de uso[9]. Por isso:

> [...] Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p.167)

Os valores de uso são "[...] o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta [...]" (MARX, 2013, p. 158). Na sociedade capitalista, a forma social da riqueza é a mercadoria e nesta condição, o valor de uso é suporte material para uma outra propriedade que caracteriza a mercadoria: o valor. Através do valor é possível produzir um bem (valor de uso) que será útil não para quem o produziu, mas para outros produtores de mercadorias inseridos em relações de troca. Esta propriedade, o valor, permite que no mercado, as diferentes mercadorias sejam trocadas entre si porque todas são produtos do trabalho humano, ou seja, abstraindo o "trabalho concreto", resta o "trabalho humano abstrato", indiferenciado, cuja grandeza de valor medida pelo "tempo

[8] Entenda-se homem no seu sentido humano genérico.
[9] Produtos que tem por finalidade ser útil a algo ou alguém.

médio de trabalho socialmente necessário" na produção de uma mercadoria se manifesta em um "valor de troca". (MARX, 2013, p. 163-164)

importância do valor e do valor de troca ou das formas pelas quais o valor se expressa até chegar na forma-dinheiro está no quanto essa análise traz elementos para pensar a especificidade da produção capitalista. No estudo de Harvey (2013, p.33, suprimimos) sobre a obra marxiana do Capital, o autor nos chama atenção:

> [...] o surgimento da forma-dinheiro é o que permite que o valor comece a se cristalizar como princípio norteador do funcionamento da economia capitalista. E é sempre bom lembrar, o valor é imaterial, porém objetivo. [...] Se o valor é imaterial, não há como medi-lo diretamente. Encontrar o valor numa mercadoria apenas olhando para ela é como tentar descobrir a gravidade numa pedra. O valor só existe em relações entre mercadorias e só pode ser expresso materialmente na forma contraditória e problemática da mercadoria-dinheiro.

Esta breve esquematização que nem de longe pretende dar conta da riqueza categorial abordada por Marx (2013) no Capítulo I sobre "A Mercadoria" tem aqui a intenção de demonstrar tão somente que para o autor, apesar da forma minuciosa com que desnuda a mercadoria em seus componentes e sobre como se desenvolveu as manifestações do valor até a "ofuscante forma-dinheiro" havia algo a ser decifrado na mercadoria, um aspecto enigmático, não descortinado quando examinado o seu valor de uso ou seu valor de troca, o trabalho concreto e o trabalho abstrato que conformam a sua existência. Trata-se do caráter misterioso, fetichista da mercadoria de refletir as características do trabalho do homem como sendo suas e independentes.

Marx (2013) conclui que a resposta para entender a inversão pela qual a mercadoria assume características humanas e as relações humanas são coisificadas está na própria forma mercadoria. Vejamos esta citação onde o autor (MARX, 2013, p. 205-206) esclarece luminosamente o fetichismo como uma propriedade da mercadoria:

> De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores como trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que

> os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais [...]

É no mercado da troca que os produtores se encontram e as relações sociais de produção das mercadorias ficam obscurecidas; as mercadorias ocultam o caráter social do trabalho. Na explicação de Harvey (2013, p.35, grifos do autor) temos que:

> [...] em sistemas altamente complexos de troca, é impossível conhecer a atividade dos trabalhadores e é isso que torna o fetichismo inevitável no mercado mundial. O resultado é que nossa relação social com as atividades laborais dos outros é dissimulada em relações entre coisas. No supermercado, por exemplo, você não tem como saber se a alface foi produzida por trabalhadores satisfeitos, miseráveis, escravos, assalariados ou autônomos. A alface é muda, por assim dizer, no que diz respeito a como foi produzida e a quem a produziu.

Neste sentido, no nível aparente e imediato, a relação não é entre os sujeitos produtores de mercadorias, mas entre "coisas", entre as mercadorias que são trocadas no mercado. Avançando na reflexão diz Marx (2013, p. 206-207)

> [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Por isso Marx (2013, p. 207) afirma que para os trabalhadores "[...] as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são [...]", ou seja, uma relação social fetichizada entre coisas e uma relação reificada entre os homens. Fica explicito que o que ocorre é uma inversão, o sujeito produtor passa a ter uma posição subordinada, o objeto que é criado torna-se sujeito da relação e o sujeito produtor torna-se um objeto manipulável e dominado pelo mundo das coisas.

Mas lembremos que esse mistério da mercadoria é próprio, como já foi sinalizado, de um modelo de produção especifico, a saber: o capitalismo. Em sociedades pré-capitalistas como o feudalismo, no qual há relações de dependência entre servos e senhores, a forma particular do trabalho se apresenta como tal em sua forma social, sem recorrer a formas fantasmagóricas. E Marx (2013, p.213) adverte:

> [...] Julguem-se como se queiram as máscaras atrás das quais os homens aqui se confrontam, o fato é que as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem como suas próprias relações pessoais e não se encontram travestidas em relações sociais entre coisas, entre produtos de trabalho.

O fetichismo da mercadoria traz consequências para as diferentes dimensões da vida social e sobre as formas de pensar o ser social. Por enquanto, destacamos que a separação entre valor de uso e valor de troca tem determinado a subordinação das necessidades humanas aos interesses do mercado. O valor de uso dos bens produzidos passa a não ser o mais importante na sociabilidade capitalista. Em oposição, o valor de troca ganha centralidade em que muitas vezes se criam objetos supérfluos apenas para a venda, ou seja, "a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca", conforme aponta Mészáros (2011, p.606). Para o citado autor, na Antiguidade a riqueza não era um fim em si mesmo, não assumia o lugar central da produção, sendo própria do mundo moderno capitalista a busca da riqueza como finalidade da humanidade:

> [...]a antiga visão na qual o ser humano aparece como a finalidade da produção, que não leva em consideração o seu limitado caráter nacional, religioso ou político, parece muito grandiosa quando comparada ao mundo moderno, no qual a produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção. (MÉSZÁROS, 2011, p.606, grifamos)

Disso decorre, por exemplo, a problemática contemporânea da "questão ambiental", da produção perdulária e destrutiva da natureza, que se expressa no aquecimento global, no desflorestamento, na poluição das águas, na produção do lixo, no avanço do capital sobre áreas preservadas e territórios indígenas ou quilombolas, enfim, que afeta o sociometabolismo entre homem e natureza, que põe as necessidades do mercado acima das necessidades humanas, enquanto as relações sociais de trabalho produtoras dessa destrutividade são obscurecidas pelo caráter fetichizante inerente à mercadoria. Por isso concluímos com Mészáros (2011, p. 610), que:

> Durante o desenvolvimento histórico do capital que impôs a humanidade a produção da riqueza como finalidade que a tudo absorve -, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma concepção retificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões.

Com essas breves notas, entendemos ser importante a continuidade dos estudos oportunizados pelo projeto de iniciação científica que tem no livro "O Capital" de Marx (2013) o objeto central da pesquisa para trazer novos elementos que adensem nossas reflexões. O tema do fetichismo que não se esgota com o Capítulo da Mercadoria e transversaliza a obra marxiana certamente terá continuidade com o avanço das leituras de outros capítulos da citada obra, dos debates nas reuniões de estudo e das leituras complementares que atualizam o pensamento marxiano nos desafios contemporâneos do capitalismo, momento no qual os elementos introdutórios aqui expostos poderão ser melhor desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO. R. A. **A dialética da mercadoria**: guia de leitura. s/d p. 11-13.

HARVEY, David. **Para entender O Capital.** Livro I. Trad Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543837/mod_resource/content/1/David_HarveyPara%2 0entender%20O%20Capital_v.1.pdf

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: para a crítica da economia política**, vol. I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capitallivro1.pdf/at_download/file.

MARX, Karl. **O Capital: Para a crítica da economia polític**a, vol. I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011 Parte III, capítulo 14," a produção de riqueza e a riqueza da produção", pp 605-613. Disponível em: https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922. Acesso em: 15 nov 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ; Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

APÊNDICE IV – A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A pesquisa da qual resulta o presente relatório final, ao nos exigir aproximações iniciais ao livro 1 d'O capital no sentido de apreendermos alguns conceitos e categorias marxianas para nos auxiliar a pensar criticamente o tempo histórico presente, ao longo de sua realização, oportunizou-nos a constatação da irrefutável atualidade do pensamento de Marx nessa sua célebre obra. Os debates que emergiam em nossas reuniões para fins de estudos e orientações suscitaram diálogos frequentes a respeito de aspectos que constituem a realidade social contemporânea, a exemplo das questões atinentes ao chamado mundo do trabalho, o aprofundamento da destrutividade ambiental, das desigualdades sociais e da violência, dentre outros. Nessa dinâmica de estudos empreendida, encontramos especialmente no capítulo XXIV do Livro I d'O Capital, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, aspectos sobre a gênese do capital e do capitalismo que julgamos merecer relevo em nossos estudos e, por conseguinte, na consolidação desse relatório de pesquisa, como parte da recuperação dos fundamentos para reflexões críticas sobre a realidade social em que estamos inseridos/as. Mas, afinal, do que se trata o processo de acumulação primitiva abordado por Marx?

A princípio, a expressão acumulação primitiva é capaz de nos fornecer algumas informações norteadoras. O termo "acumulação" significa acúmulo; aumento. Enquanto a palavra "primitiva" denota aquilo que foi primeiro; dos primeiros tempos; pré-histórico[10]. Ao observarmos cada termo separadamente, podemos conferir na expressão o sentido de um determinado acúmulo ocorrido durante os primeiros tempos.

Para Marx, acumulação primitiva indica o processo responsável por estabelecer as bases para a gênese do capital[11] e do sistema capitalista atualmente hegemônico em nível mundial. Nessa dinâmica, conforme suas análises, a questão da propriedade privada e a conversão dos produtores diretos – trabalhadores, vinculados à gleba, servos ou vassalos oriundos da dissolução da estrutura econômica feudal – em trabalhadores

[10] Conferir Dicionário Larousse da língua portuguesa mini/ - [coordenação Diego Rodrigues e Fernando Nuno.] - 1. ed- São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.

[11] É oportuno destacar que, conforme assinala Iamamoto (2001) recorrendo a Marx, capital [...] não é uma coisa material, mas uma relação social de produção, correspondente a uma formação histórica da sociedade que se corporifica numa coisa material e lhe atribui um caráter específico... é o conjunto dos meios de produção convertido em capital, isto é, monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições do exercício da força de trabalho autonomizados frente a força viva de trabalho e a que este antagonismo personifica como capital. (MARX, 1985, p.754, livro III, apud IAMAMOTO, 2001, p. 13-14, grifos nossos).

assalariados comparecem como elementos cruciais, comumente associados à métodos violentos.

Inicialmente se mostrou necessário transformar dinheiro e mercadoria em capital. As condições iniciais para essa transformação pressupõem que

> [...] duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho (MARX, 2013, p. 960-961).

Nesses termos, essa relação entre dois polos constitui o que Marx (2013) entendeu como as condições fundamentais para a produção capitalista. Em suas palavras,

> O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 961, grifos nossos).

Vale salientar que, portanto, a dissolução da estrutura econômica da sociedade feudal possibilitou a estruturação econômica da sociedade capitalista, favorecendo a conversão dos produtores diretos em trabalhadores assalariados e essa relação polarizada no mercado. Segundo Marx (2013), o mundo capitalista começa a dar seus primeiros passos, especialmente na Europa, a partir da desestruturação do mundo feudal. Neste momento histórico, nobres proprietários de terras, servos, pequenos camponeses livres e pequenos comerciantes, mestres e aprendizes no interior de corporações artesanais, aparecem na história do feudalismo como importantes camadas sociais. No ritmo em que os servos foram transformados em força de trabalho desprovida dos meios de produção mediante, principalmente, a expulsão das terras onde habitavam, operava-se também a dissolução das corporações artesanais e consequentemente uma massa de trabalhadores formava-se, pronta para vender força de trabalho, uma vez que tanto os antigos servos quanto os artesãos perdiam as condições de realização do trabalho. Concomitante a desapropriação de terras e a dispersão das corporações de artesanato, entrou em cena uma classe provida dos meios de produção, pronta não para vender sua força de trabalho, mas

para comprá-la. Grandes proprietários de terras, arrendatários capitalistas e donos de grandes manufaturas se tornaram expoentes da nova classe em ascensão.

Nos termos aqui recuperados, essa dinâmica de acumulação primitiva favoreceu a conversão da força de trabalho em mercadoria. Contudo, a mercadoria força de trabalho, conforme tratado do Marx logo no primeiro capítulo d'O capital, adquire um caráter especial quando comparada às demais mercadorias, uma vez que é a única com condições de adicionar valor aos produtos[12]. Tal dinâmica só foi possível mediante um processo de expropriação e de dominação do trabalhador que, antes explorado na sociedade feudal, agora desprovido das condições básicas de trabalho, passa a se submeter à exploração capitalista.

> O produtor direto, o trabalhador, só pôde se dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor da força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 962, grifos nossos).

Segundo Marx, a base desse processo que possibilita a conformação da ordem social capitalista marcado pela subjugação do trabalhador tem suas raízes na expropriação da terra – antes pertencente ao camponês.

> Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2013, p. 963).

É importante registrar que na condição de processo histórico, a dinâmica de acumulação primitiva se deu em diversas fases sucessivas e de modos específicos em

[12] Para obter mais informações conferir Capítulo 1: A mercadoria, in__ MARX, Karl. O Capital: para a crítica da economia política, vol. I.

diferentes países e contextos. O autor descreve processos de expropriação que tiveram início ao final do século XV e início das décadas do século XVI – "prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista [...] com a dissolução dos séquitos feudais" (MARX, 2013, p. 965), a expulsão de camponeses das terras onde viviam – e que desdobraram até o século XIX. E, ao considerar clássica a forma assumida por esse processo de expropriação da terra da população rural na Inglaterra, Marx examina essa dinâmica nesse país como exemplo da dinâmica que possibilitou a constituição do modo de produção capitalista.

O autor chama atenção para o impulso ao movimento de expropriação que se deu no século XVI com a Reforma e o roubo dos bens da Igreja. A Igreja Católica detinha a propriedade feudal de parte do solo inglês. Como consequência do roubo de terras e bens da Igreja, muitos dos moradores dos monastérios passaram a compor a classe proletária. Nesse contexto, propriedades da Igreja foram vendidas por preços muito baixos à especuladores e arrendatários membros da classe burguesa em ascensão. "A propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade da terra. Com a ruína daquela, estas não podiam se manter" (MARX, 2013, p. 969).

O desaparecimento da forma de propriedade comunal – antiga instituição germânica que subsistiu durante o feudalismo – dá lugar a pauperização da massa do povo. O processo violento de usurpação da propriedade comunal que teve início ao final do século XV e perdurou até o século XVIII, quando "a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo" (MARX, 2013, p. 971). Trata-se do que Marx apontou como "a forma parlamentar do roubo" e se referiu como "Bills for Inclosures of Commons", traduzido como "leis para o cercamento da terra comunal". Portanto, foi necessário "um golpe de Estado parlamentar para transformar essas terras em propriedade privada" (Ibdem).

Com o roubo violento e sistemático da propriedade comunal e a transformação de terras de lavouras em pastagens, os pequenos proprietários de terras foram substituídos por rendeiros, que poderiam ter o contrato anulado a qualquer momento pelo proprietário/senhor da terra. A conjuntura de roubos da propriedade comunal e dos domínios estatais que se instalou nesse período, possibilitou tanto a ampliação de grandes arrendamentos (chamados no século XVIII de "fazendas de capital"), quanto a liberação da, até então, população rural como força de trabalho passível a proletarização via indústria. Marx assinala que, contudo, no século XVIII, ainda não se tinha a compreensão

– na mesma medida que o século XIX assumiu – da identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo (MARX, 2013, p. 972).

O cenário enfrentado pela população rural que foi transformada em proletariado é evidenciado em relatos citados por Marx (2013) nos quais pequenos proprietários de terras, camponeses e suas famílias foram expulsos das terras onde viviam, sobrando apenas ruínas das habitações, decorrentes dos cercamentos das terras comunais e das fusões de muitos arrendamentos. Ao partirmos dos apontamentos de Marx é possível afirmar que esse processo sistemático de expropriação da terra dos camponeses e de transformações no campo – inclusive com aparato estatal – foi marcado por severas expressões de violência e opressão à população rural que foi brutalmente retirada dos seus lugares de origem e das suas condições fundamentais de vida. Inclusive, ainda ao tratar especialmente da experiência na Inglaterra, Marx destaca "o último grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra" no século XIX, qual seja, "a assim chamada clearing of estates (clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos)" (MARX, 2013, livro I, p. 975-976, itálico do original). O clareamento das propriedades rurais, portanto, tratava-se do extermínio de seres humanos dessas propriedades rurais. Tal como menciona Marx, no século XIX "perdeu-se até mesmo a lembrança do nexo entre o lavrador e a propriedade comunal (Ibdem).

Marx recupera aspectos que caracterizaram o clareamento de propriedades nos Celtas da alta Escócia. Um processo intenso, efetivado em apenas "um golpe", varrendo várias aldeias ao mesmo tempo. A divisão das terras realizada pelos celtas no país, era feita por clãs, tinham um chefe que era o proprietário titular do solo, mas cada indivíduo que fazia parte desse clã era o dono da terra em que cultivavam. Com a repressão do governo inglês, os chefes desses clãs converteram o direito titular de propriedade em direito de propriedade privada e expulsaram de forma violenta os membros dos clãs, já que estes resistiram às mudanças.

Assim, os Celtas foram expulsos de suas terras e proibidos de emigrar, com a intenção de torná-los trabalhadores nas cidades fabris. As terras que foram tomadas tiveram os mesmos rumos das propriedades roubadas na Inglaterra, de forma brutal, famílias foram expulsas e exterminadas, para que esses terrenos fossem transformados em pastagens de ovelhas. Os nativos foram transferidos para orla marítima e começaram a viver da pesca, mas, esses gaélicos foram expulsos novamente, pois arrendaram suas terras a grandes comerciantes que os expulsaram. Das terras que foram brutalmente

roubadas e convertidas em pastagens, uma parcela foi transformada em reserva de caça, com os veados substituindo as ovelhas. Gradativamente mais espaço era deixado para os veados, e cada vez mais restringia os seres humanos das terras. Esses clareamentos eram vistos como necessidade agrícola pelos grandes proprietários de terras, o que culminou em ainda mais miséria para os gaélicos, uma vez que estas florestas de caça e a população não podiam existir lado a lado.

Todos esses aspectos deram condições para a criação dos trabalhadores "livres" que precisavam vender sua força de trabalho para os grandes proprietários, com o intuito de garantir subsistência para suas famílias. Com a força de trabalho convertida em mercadoria, "[...] o próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador 'livre' que vende sua força de trabalho - ou uma medida determinada de seu tempo de vida - e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral" (IAMAMOTO, 2001, p. 13). As essas estratégias que os grandes proprietários utilizaram para se apropriar da terra – tais como roubo de bens da igreja, terrorismo, a transformação das propriedades dos clã e as feudais em propriedade privada moderna – foram meios para dominar o campo com a finalidade de utilizá-lo para agricultura capitalista e criação de indústrias. Tais acontecimentos também foram indispensáveis para a criação do proletariado "livre" no sentido de estar disponível para vender sua força de trabalho.

Conforme as análises de Marx apontam, o processo de acumulação primitiva é o "ponto de partida" para o modo de produção capitalista por meio dos processos de expropriação e exploração do trabalho, o que se dá marcado por traços severos de violência. A violência constitutiva desse processo e seu visível fortalecimento por mecanismos legais podem ser identificados, também, no surgimento da "legislação sanguinária contra os expropriados.

A retirada do trabalhador livre, baseada na "expropriação da terra, que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo" (MARX, 2013, p. 787). Segundo Marx (2013), no processo de expropriação, os camponeses foram brutalmente arrancados do seu modo de vida, não conseguindo, de maneira alguma, se adequar ao novo modo imposto sobre eles. Por conta do processo de expropriação, os que não conseguiam se adequar, foram considerados vagabundos, mendigos, marginais. Pode-se ilustrar esse cenário a partir da seguinte assertiva formulada pelo autor:

> [...] Mendigos, velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida, prestarão juramento de voltar à sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos, "para se porem a trabalhar" [...] Na primeira reincidência de vagabundagem, além da pena de flagelação, metade da orelha será cortada; na segunda, o culpado será enforcado como criminoso irrecuperável e inimigo da comunidade (MARX, 2013, p. 806).

Grande parte daqueles que antes tinham os seus próprios meios de subsistência, após esse processo de expropriação, não dispondo de outros de outras condições, foram forçados a vender a única propriedade que possuíam: a força de trabalho. Marx também mostra quais estratégias a classe burguesa, na Europa Ocidental, buscou consolidar na sociedade para poder ter ainda mais o controle social sobre as pessoas que foram expulsas do campo, de modo a determinar formas de submissão a uma nova condição capitalista e que visavam a regulamentação e a disciplina para o trabalho.

Diversas foram as legislações aplicadas que previram medidas rígidas e violentas como forma de disciplinamento nas condições de vida e de trabalho das classes expropriadas de seus meios de produção. Vale destacar, por exemplo, a legislação editada por Henrique VIII, na Inglaterra, em 1530 que considerava, por um lado, que os "mendigos velhos e incapacitados pudessem mendigar nas ruas", mas, por outro, e pelo mesmo mecanismo, punia "vagabundos mais vigorosos", de modo que pudessem ser castigados por encarceramento e açoitamento, até sangrarem. Caso o indivíduo fosse preso por duas vezes, seria ter a metade da sua orelha cortada e, na terceira vez, seria executado como grave criminoso da sociedade.

Outras legislações foram sendo implantadas à época. No reinado de Eduardo VI, aquele que recusasse a trabalhar seria condenado a escravo daquele que o denunciou como vagabundo. Sob o governo Elizabeth no ano de 1572, identifica-se uma punição aos mendigos com mais de 14 anos e sem licença, os quais teriam a orelha esquerda marcada a ferro, além de muitas outras leis quem foram promulgadas para "domar" os expropriados à submissão na obediência à classe burguesa.

Não bastasse a crueldade de expulsar os camponeses de sua base originária, retirando-lhes sua terra, seus meios e os largassem em uma sociedade, a qual o seu modo de viver era desconhecido, foram expropriados, e não dispondo de outras condições de garantia de sua sobrevivência, viram-se e obrigados a vender a única propriedade que dispunham: a sua força de trabalho. Eles, que antes dispunham dos meios de produção, agora passam à submissão ao mercado, mercado esse do qual não escolheram estar. A

Revolução Industrial foi de suma importância para desencadear tal cenário. A elite precisava de "mão de obra escrava" para a submissão dos trabalhos precários. Marx evidencia que com a superpopulação, as necessidades da valorização do capital corroboram uma coerção muda entre o capitalista e o trabalhador, sendo concretizada através do salário.

Importa considerar que tal processo, não só de expropriação, mas de subsunção e disciplinamento dos trabalhadores às condições de um novo modo de produção, teve a então burguesia nascente apoiada no Estado para, por mais uma vez, regular o modo de trabalho e, consequentemente, regular o salário, portanto, prolongar a jornada de trabalho e consolidar a dependência do trabalhador, "dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor (MARX, 2013, p.809). Tais condições manifestaram-se como "momento essencial da assim chamada acumulação primitiva" (MARX, 2013, p.809). Com o desenvolvimento capitalista, a chamada "violência extraeconômica" ainda permanece a ser empregada, em caráter excepcional. Entretanto, passa a prevalecer as determinações que subordinam o trabalhador às "leis naturais" da produção, resultantes da dependência que se originam nas próprias condições nas quais ela se gesta.

O processo de exploração ao trabalhador constitui-se como a base principal para o desenvolvimento do sistema capitalista. Nos marcos das chamadas "legislações grotescas e terroristas", verifica-se como os salários eram baixos e a jornada de trabalho era longa, além disso, o modo de trabalho era subumano, independente de idade ou sexo. Os trabalhadores não tinham leis que vigoravam a favor deles. Marx ilustra tal severidade no seguinte trecho: "Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o determinado por lei, mas quem recebia um salário mais alto era punido mais severamente do que quem o pagava". (MARX, 2013, p. 810).

O modo de produção capitalista se expandia e se fortalecia, ao mesmo tempo em que a situação dos operários piorava. À medida que o salário em dinheiro aumentava, proporcionalmente, o preço das mercadorias também aumentava, consolidando ainda mais a pauperização da vida dos ex-camponeses. Na análise de Iamamoto (2001, p.15), reside nesse processo a unidade indissolúvel da expansão capitalista, qual seja, "uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital", que figura como "a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista".

O surgimento da classe proletária foi de forma unilateral, uma "violenta criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguinária que os transforma em assalariados, a sórdida ação do Estado, que, por meio policiais, eleva o grau de exploração

do trabalho e, com ele, a acumulação do capital" (MARX, 2013, p.813). Desse modo, torna-se evidente que o lado mais "fraco" não teve escolha a não ser vender seu único meio da garantia de subsistência: a sua força de trabalho.

No capítulo XXIV, em que Marx problematiza o processo da chamada "assim chamada acumulação primitiva", persiste uma questão que é constante e mantém atual mesmo durante o século XXI: De onde se originam os capitalistas? pois a expropriação da população rural, diretamente, cria apenas grandes proprietários fundiários. Na análise do processo que deu origem aos "arrendatários capitalistas", Marx observa que

> No século XV, enquanto o camponês independente e o servo agrícola – que trabalha ao mesmo tempo como assalariado e para si mesmo – se enriquecem com seu próprio trabalho, a situação do arrendatário e seu campo de produção continuam medíocres. A revolução agrícola, que ocorre no século XV e se estende por quase todo o século XVI, enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu a população rural (MARX, 2013, p. 13).

Nesse percurso, no século XVI, há que se observar, tal qual descreve o autor, que outro elemento foi agregado e que assumiu um significado importante, que apontado do seguinte modo:

> Naquela época, os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos. A contínua queda no valor dos metais nobres e, por conseguinte, do dinheiro, rendeu frutos de ouro ao arrendatário. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente expostas, o nível do salário. Uma fração deste último foi incorporada ao lucro do arrendatário (MARX, 2013, 814).

O aumento contínuo dos preços dos produtos agrícolas resultou no inchaço do capital monetário do arrendatário, enquanto a renda da terra permanecia contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados. Sendo assim, ele se enriquecia, a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu Landlord.

Como descreve Marx, a expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno (MARX, 2013, p.118). De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno.

Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias; o grande

arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial. Assim,

> [..] a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 2013, p.818).

No entanto, o período manufatureiro propriamente dito não provocou uma transformação radical. Foi somente a grande indústria que tal transformação pode ser verificada ao proporcionar, com as máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, no qual verificou-se a expropriação radical da imensa maioria da população rural. Nesses termos, consumou-se a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa. É só ela, portanto, que conquista para o capital industrial todo o mercado interno e que se constitui a base sobre a qual formou-se o capitalista industrial.

Apoiados na leitura marxiana sobre como se desenvolveu a pré-história do capital compreendemos que tal processo ocorreu por uma série de métodos brutais como a violenta expropriação dos servos com a intenção de cercamento dos feudos, a transformação da propriedade privada dos meios de produção individuais e esparsos – cuja posse pelo trabalhador isolado, a exemplo do camponês, permitia-lhe produzir sua sobrevivência – para uma outra forma de propriedade, a propriedade privada capitalista, quando os meios de produção são socialmente explorados e acumulados nas mãos de quem não produz. Por consequência, a transformação da pouca quantidade de terra de muitos em propriedade gigantesca de poucos[13]. é um dos momentos fundamentais da derrocada do modo de produção feudal:

> A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundado, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar a propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2013, p. 1012).

[13] Todavia a terra não era dos servos e sim dos senhores feudais que a arrendavam para que esses (os servos) dessem uma parte dos seus produtos como forma de pagamento.

O assim chamado capitalista industrial surge nesse contexto a partir do desenvolvimento do capital monetário, herdado do mundo medieval sob a forma de capital usurário e capital comercial. Essa forma primitiva de acumular riqueza encontrou terreno fértil com a dissolução do feudalismo no campo e das corporações de trabalhadores artesanais nas cidades, abrindo as possibilidades das manufaturas, "essas novas incubadoras industriais". (MARX, 2013, p.998).

Compreendido isso, é preciso entender que o sistema que estava a surgir , combinou processos violentos como o sistema colonial, o sistema da dívida pública, o sistema tributário e o sistema protecionista, que tal como nos apresenta Marx (2013) garantiram a acumulação capitalista inicial, originária, primitiva, fundada sobre um brutal extermínio de povos nativos, escravização de nações, endividamentos públicos e a consequente exploração, propiciando o desenvolvimento do comércio mundial, das manufaturas e, por fim, da indústria. Aponta Marx:

> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. (2013, p. 998).

O mesmo autor nos mostra que o sistema capitalista fundado na exploração, ganha forma na Inglaterra graças à escravidão na América. "Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva [...]". (MARX, 2013, p. 1009).

Continua:

> Ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão sans phrase do Novo Mundo." (Ibid., p. 1009).

E todo esse processo brutal de matança para acumulação, era legalizado tanto pelos meios legais, pelo Estado, quanto espirituais, pela Igreja. Nesse último caso, matava-se em nome de Deus. "O Parlamento britânico declarou os cães de caça e o escalpelamento como 'meios que Deus e a Natureza puseram em suas mãos'." (MARX, 2013, p. 1001). Talvez seja sistêmico e cíclico o "Deus acima de todos". Os tratados que

expressavam acordo com a expropriação do sistema colonial eram comemorados na impressa nacional, como aponta Marx (2013) sobre o Tratado de Ansieto que deu a Inglaterra o direito de explorar e comercializar pessoas de pele preta em áreas da coroa espanhola.

O fato é que o desenvolvimento do comércio, o papel das colônias como um mercado para o escoamento dos produtos manufaturados e saqueio de riquezas que se acumulavam nos monopólios metropolitanos, contribuíram para o avanço do capitalismo na sua forma industrial. O tráfico de pessoas e o domínio do comércio com as Índias Orientais e Ocidentais foram essenciais para essa acumulação. Então, em nome do Deus dinheiro, "[...]Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade." (MARX, 2013, p. 1002).

Algumas nações tornaram-se referência nessas bárbaras explorações, como é o caso da Espanha, Inglaterra, França, Portugal e Holanda. Os países baixos, mais precisamente a Holanda, desponta no século XVII como "nação capitalista modelar" (MARX, 2013). Seguindo à risca o modelo capitalista que consiste em espoliar a classe que tudo produz [...] em 1648, a massa do povo holandês já estava mais sobrecarregada de trabalho, mais empobrecida e brutalmente oprimida do que as massas populares do resto da Europa somadas." (MARX, 2013, p. 1002).

Um outro método de grande relevância para a acumulação primitiva foi a chamada dívida pública. Esta que até os dias atuais está presente nos mais diversos países. Marx (2013) informa que as origens da dívida pública data da Idade Média, mais precisamente na Itália e Veneza e depois perpassa todo o continente europeu: "A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva." (MARX, 2013, p. 1002). É ela quem transforma o dinheiro, sem a necessidade da esfera produtiva, em capital.

A bancocracia, ou seja, o governo dos bancos estava posto. É essa instituição financeira quem mais lucra. Era assim na época em que Marx escreveu e é assim hoje. Os bancos emprestam dinheiro ao Estado, com altas taxas de juro, todavia a conta que o Estado tem de pagar é coletiva: "[...] A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é... sua dívida pública." (MARX, 2013, p. 1002-1003).

Quer dizer, o Estado contrai dívidas por diversos motivos. Os banqueiros utilizando de métodos próprios emprestam o dinheiro a juros exorbitantes. O Estado não podendo sanar seus déficits contrai mais empréstimos e nesse ciclo eterno o contribuinte

é quem paga, por meio dos impostos, ou melhor, do aumento desse. O sistema tributário configura-se assim, uma forma de acumulação primitiva:

> [...] O regime fiscal moderno, cujo eixo é formado pelos impostos sobre os meios de subsistência mais imprescindíveis (portanto, pelo encarecimento desses meios), traz em si, portanto, o germe da progressão automática. A sobrecarga tributária não é, pois, um incidente, mas, antes, um princípio. Razão pela qual na Holanda, onde esse sistema foi primeiramente aplicado, o grande patriota Witt o celebrou em suas máximas como o melhor sistema para fazer o trabalhador assalariado uma pessoa submissa, frugal, aplicada e... sobrecarregada de trabalho. (MARX, 2013, p. 1004).

Com a destruição da sociedade feudal, a conversão do trabalhador em assalariado, dos meios de produção em capital, a acumulação capitalista propriamente dita, por meio da exploração e apropriação da mais-valia, se consolida. Surge um outro confronto existente no bojo dessa sociedade, o confronto capitalista versus capitalista. Com a centralização e monopolização dos meios de produção, determinados capitalistas expropriam outros. Marx (2013, p. 1012) explica que "Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais [...]".

Todavia, a tendência histórica observada por Marx é que a produção capitalista produz sua própria negação. Nem tudo está perdido, surge uma luz no fim túnel: a superação do modo de produção capitalista por uma sociedade em que a propriedade privada não exista e o próprio sistema do capital dará a base pra esse modelo social que irá surgir[14]:

> [...] Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização para os meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Arrebenta-se o entrave. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2013, p. 1013, grifos nossos).

Compreendamos, desse modo, que o capitalismo não foi o primeiro modo de produção e organização das sociedades e, tão pouco, será o último.

---

[14] "A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros" (MARX, 2013, p. 1014).

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In _: Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: para a crítica da economia política**, vol. I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.. http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro1.pdf/at_download/file.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RODRIGUES, Diego; NUNO, Fernando. **Dicionário Larousse da língua portuguesa mini**. 1ed. São Paulo: Larousse Brasil, 2005.